



O LADO POSITIVO DO PROVÃO

Roberto Leal Lobo e Silva Filho

Maria Beatriz de Carvalho Melo Lobo

O Provão está ameaçado de extinção. Só se vêm os defeitos do teste, que certamente existem, mas o levantamento das suas qualidades parece não despertar o mesmo entusiasmo do INEP.

Quem transita no setor universitário, tanto público como privado, diferentemente da maioria dos novos integrantes do INEP, percebe o papel positivo que o ENC (Provão) trouxe ao ensino superior brasileiro. Há uma clara preocupação dos gestores do ensino superior com seus resultados e nunca houve tanto esforço, material e humano, na busca do aprimoramento das atividades acadêmicas do que ao longo de sua implementação.

Estudos realizados por nossa empresa, e por muitos outros pesquisadores do ensino superior, mostram que os alunos querem e usam, sim, as informações oriundas do Provão para escolher a instituição mais bem qualificada na qual vão investir seu tempo, talento, dinheiro e principalmente, esperança.

As justificativas para a morte anunciada do Provão são até curiosas, se não representassem uma mentalidade avessa à avaliação comparativa e à disponibilização de dados confiáveis e organizados que permitam aos alunos e às próprias instituições julgar se os processos que desenvolvem estão surtindo o efeito que afirmam, ou pensam, alcançar.

Ouve-se o argumento de que não se deve medir resultados, que o que importa para a qualidade é o processo, que deve ser o único foco da avaliação. Para isso, prega-se a valorização da auto-avaliação das instituições, com participação do MEC ainda duvidosa e fluída, como garantia de um processo particularizado e adaptado às peculiaridades de cada IES. Tão particularizado que ninguém, rigorosamente ninguém, pode, a partir dele, fazer algum juízo de valor que permita informar os estudantes sobre a qualidade dos cursos que elas oferecem.

Todos que militam na gestão universitária sabem da importância da auto-avaliação e sabem, também, que, com raras exceções, são processos que utilizam somente balizadores internos, quando muito, sem uma lógica de análise de dados que levem para além de um mero



levantamento de demandas ou pesquisa de satisfação, com resultados previsíveis de aceitação bem maior por parte dos professores do que dos estudantes.

Ao dizer isso, não estamos desvalorizando o papel da avaliação institucional que deve partir, realmente, de uma auto-análise, muito pelo contrário. Até porque é o processo de autoconhecimento que permite à instituição criar uma cultura avaliativa e analisar-se à luz de sua missão, podendo ser incrementada com a visão externa de especialistas. Pena que a MEC anterior não tenha conseguido avançar para uma avaliação institucional mais abrangente do que a mera visita de comissões de especialistas.

Porém, basear a avaliação unicamente na análise de processos, além de não permitir a avaliação do sistema, nem a informação ao estudante, a nosso ver, ainda fere o princípio da autonomia universitária, uma vez que cabe à instituição decidir quais são os processos acadêmicos que desenvolverá como algo inerente à liberdade acadêmica, do mesmo modo que cabe ao governo fiscalizar só, e somente só, se as IES possuem as pré-condições ou requisitos mínimos para desenvolvê-los, no caso das autorizações, e os resultados alcançados, seja por meio de indicadores de suficiência (que poderiam perfeitamente ser incorporados ao atual Provão), seja por meio de indicadores relativos, que ajudam a separar o joio do trigo.

Mesmo a grande crítica levantada de que o Provão não mede o valor agregado que o curso traz a seus alunos, uma vez que a qualidade do aluno ingressante é diferente para cada instituição, poderia facilmente ser superado mediante a universalização do Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM, como é feito em outros países.

Qualquer recurso para acabar com o Provão, como por exemplo, transformá-lo em um exame optativo, baseado no argumento da ineficiência e na falta de consequências concretas dele advindas, nos parece mais medo de assumir os resultados de uma avaliação objetiva do que uma convicção baseada em um outro modelo estruturado de avaliação que substitua o atual e realmente permita a melhoria do sistema como um todo.

Com a palavra, as boas instituições públicas e privadas de ensino superior brasileiro.

Texto inserido no site em julho / 2003